



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 08 de maio de 2019

N.º 9/2019

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas dezoito horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Manuel Joaquim Pisco Lopes e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira por se encontrar em representação do município, conforme Despacho n.º 193/2019, que consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 1.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 6.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

### **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vice-Presidente** – Alterámos a hora do início desta reunião, conforme explicámos aos senhores vereadores, por causa da realização do seminário sobre as alterações climáticas da Área Metropolitana de Lisboa que terminou há momentos e que decorreu muito bem. Foram apresentados projetos e estudos, foram feitas algumas intervenções muito interessantes para as medidas de mitigação e prevenção das alterações climáticas. Tivemos a honra da participação de pessoas contestatárias às dragagens, que se manifestaram com alguns cartazes e alguns importunamentos no normal decorrer da sessão, fazendo algumas interrupções. O epílogo foi bastante saudável, porque na última intervenção o primeiro secretário da Área Metropolitana de Lisboa, Carlos Humberto em resposta a uma interrupção inoportuna, teve a oportuna ideia de os convidar para o palco e dizerem o que entendessem, dando espaço para a sua contestação e um dos jovens assim o fez. Tratou-se de um debate que admitiu as participações inoportunas e irracionais. É difícil manter o equilíbrio entre o direito à participação e o direito à razão, mas cabe a nós fazer um esforço para o acomodar. Com o andar dos tempos talvez se perceba que a falta da razão não se resolve com a invasão na participação. Todos terão oportunidade de participar, até chegarmos às melhores conclusões. No geral este seminário correu bastante bem, tendo algumas participações internacionais, sendo uma da Região Metropolitana de Frankfurt e outra de Barcelona, que explicaram o que se tem feito sobre estas matérias.

A outra informação que é bastante recente e ainda não está muito assimilada, foi ontem publicada pela Ordem dos Economistas.

Um estudo feito pela Ordem dos Economistas, com a participação de peritos internacionais e da Fundação Gulbenkian. Retirei dois indicadores que me parecem bastante interessantes, em relação à discussão que acabámos de fazer aquando da aprovação das contas de 2018 do município. Estes indicadores fazem uma comparação com 2016 e 2018 em relação aos posicionamentos dos municípios e sobre o ranking global dos 30 melhores municípios e que coloca Setúbal em 19.º lugar, em termos de situação económico-financeira. Setúbal em 19.º lugar dentro do conjunto dos 30 melhores municípios é uma posição muito interessante. Interessa analisar as várias perspetivas em que o estudo é feito e interessa perceber se estamos a consolidar o caminho da sustentação financeira ou se isso deve a alguma circunstância pontual. Relativamente às posições de equilíbrio económico-financeiro das contas do município, que é possível manter o mesmo por mais tempo, o estudo colocou o município de Setúbal na 9.ª posição no ranking da melhor sustentabilidade financeira a nível dos municípios nacionais. Tudo isto, vindo de entidades que estudam estas coisas com bastante tecnicidade, julgo que sem algum reparo. Fica a nota para que seja devidamente consultada e analisada para podermos perceber se estamos a avançar no bom caminho.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Começando pelas boas notícias que nos transmitiu diria até que aqui também há margem para baixar impostos no município de Setúbal. Esperamos estudar isso com mais atenção e se calhar futuramente podemos chegar também a essa conclusão, significa que são boas notícias para o futuro.

As comemorações do 25 de Abril correram muito bem, há que dar os parabéns por toda a organização. É uma forma muito correta e muito digna de assinalar a data. No entanto, não quero deixar de fazer um reparo, porque ele é relevante, considerando que sou o único vereador do PSD eleito e nestas coisas até costumo ser muito simples, mas especificamente no 25 de Abril, é importante ter esse cuidado, porque eu também represento um partido e não estou a representar a mim próprio, como é evidente. O posicionamento em que nós estamos nos lugares que são atribuídos, especialmente quando o único partido e o único vereador desse partido está diferente de todos os outros numa 2.ª fila, (não me importo de me sentar na 2.ª fila de vez enquanto) no mínimo deve merecer pelo menos: *“olhe vereador, não se importa de ir para a 2.ª fila, porque não há lugar na 1.ª fila?”*. A questão do protocolo deveria referir isso, sendo certo que compreendo que os lugares são limitados, compreendo que essas coisas exigem alguma articulação. O evento correu muito bem, profissionalmente da parte de todos os envolvidos só tenho boas coisas a dizer, mas nestas questões de protocolo deve haver flexibilidade que eu tenho, mas também deve haver diplomacia para falar comigo. Por isso não queria deixar de fazer esse reparo, porque acho que é importante. No entanto, nada afetou aquilo que aconteceu e como é evidente só o digo, porque sou o único vereador do PSD e nessa circunstância especificamente toda a gente entende aquilo que estou a dizer.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – É uma intervenção muito breve sobre uma situação que tenho vindo a constatar, que tem a ver com a altura da reunião em que é permitido ao público intervir. Do ponto de vista da intervenção e da participação, seria claramente benéfico para a população que nos elege, poder ter o seu tempo de intervenção antes do período da ordem do dia, como acontece na Assembleia Municipal, uma vez que há muitas pessoas que acabam por ser inibidas da sua participação devido ao número de horas que tem de esperar e que muitas das vezes vêm com crianças ou vêm com situações sociais difíceis. Seria muito benéfico, pelo que gostaria de deixar à consideração do executivo repensar um pouco esta participação, que também beneficiaria a imagem da abertura, da transparência e de democracia que qualquer autarquia deve ter.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Informar o executivo que o município de Setúbal no passado dia 30 de abril fez parte dum grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa que assumiram e assinaram uma carta de compromisso da Rede de Municípios Embaixadores da Vacinação, numa iniciativa conjunta com a Direção-geral de Saúde e os agrupamentos de centros de saúde da região, nomeadamente do território de cada um dos municípios. É uma parceria que que já desenvolvemos ao longo do tempo com a Direção-geral de Saúde e com o Agrupamento de Saúde Arrábida. Faz parte da nossa política, da nossa intervenção na promoção de saúde e nesse sentido assumimos o compromisso de fazer advocacia da importância da vacinação, de promover a literacia no âmbito da vacinação, de colaborar na concretização de oportunidades de vacinação e de contribuir no âmbito das nossas competências para a cobertura universal da vacinação. Este compromisso foi assinado por nós, pelo Agrupamento do Centro de Saúde Arrábida, pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo e pela Direção-geral de Saúde. São iniciativas destas, em que a parceria é partilhada e em que cada um assume essa parceria e as suas competências, que deveríamos prosseguir e continuar.

Queria aproveitar a ocasião para convidar todos os presentes, quer do executivo, trabalhadores da câmara e os munícipes que estão a assistir à reunião para poderem até sexta-feira, participar na iniciativa promovida em conjunto entre Câmara Municipal de Setúbal, o Centro Hospitalar de Setúbal e o Agrupamento do Centro de Saúde Arrábida nos “7 Dias do Coração”. Trata-se de um rastreio muito completo, em torno das questões e todas as doenças relacionadas com o coração e com a saúde das pessoas. É o maior rastreio que é feito em

todo o país. É um rastreio que é referência nacional, onde os munícipes podem fazer um controlo e tomar conhecimento do seu estado de saúde de uma forma muito completa, bem como nas situações em que são identificados os casos que necessitem de intervenção urgente ou emergente, sendo imediatamente encaminhados para as respostas do centro hospitalar.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Em relação ao período de intervenção por parte do público e à comparação entre a sessão da Assembleia Municipal e a reunião da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal começa às 19h30, quando as pessoas já acabaram o trabalho e podem vir falar no início da respetiva sessão. Ter o horário para o público às 16 horas nas reuniões de Câmara, que é a hora em que costumamos reunir, limitaria as pessoas que trabalham, porque certamente teriam que faltar para poderem falar. Significa que falando por volta das 18h ou 19h já muito das pessoas não têm que faltar ao trabalho. Há municípios que não têm em conta esta questão e reúnem de manhã ou às 14h00, e quem quer vem quem não quer não vem. De acordo com o nosso Regimento temos utilizado este critério, criando o momento para que as pessoas que trabalham possam participar nas reuniões de câmara sem que possa vir a ter problemas laborais. No caso da Assembleia Municipal que antigamente começava à noite e agora começa às 19h30, significa que a maioria das pessoas pode falar sem os respetivos constrangimentos. Essa é a explicação! Pessoalmente penso que deveria manter-se assim, caso contrário seria mais difícil para os munícipes. Estas reuniões acabam em geral, salvo raras exceções, em tempo útil para as pessoas poderem falar e depois poderem ir jantar, não é assim tão grave quanto isso.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Compreendo e é um argumento válido, que faz sentido, no entanto, gostaria de fazer uma sugestão. Uma vez que é pedido às pessoas, mesmo aquelas que trabalham até às 18h00, que se inscrevam antes da reunião, que o pudessem fazer no decorrer de toda a reunião, o que faria mais sentido. A título de exemplo, há pouco tivemos uma mãe de uma criança muito jovem que teve que se inscrever e só irá falar daqui a 3h00. Faria sentido poder-se inscrever em qualquer altura, uma vez que não há nada que seja impeditivo. É uma sugestão.

**Sr. Vice-Presidente** – Relativamente à observação do Sr. Vereador Nuno de Carvalho, reparei que os vereadores não estavam todos na mesma fila e o vereador Nuno de Carvalho estava na 2.ª fila, mas também verifiquei que o vereador Carlos Rabaçal também não estava na 1.ª fila. Há uma falha protocolar da organização em relação às linhas das cadeiras, pelo que pedimos desculpas e trataremos de ver se não acontece numa segunda ocasião, sempre que todo o elenco de vereadores esteja numa cerimónia. Pedimos desculpas, porque não houve intenção e os serviços não fizeram de propósito, nem nós demos instruções para que assim fosse. Mais uma cadeira ao lado, não traria problemas e a situação ficava resolvida. Quanto à sugestão da Sra. Vereadora Teresa Andrade, sobre a discussão do regimento quer na Câmara quer da Assembleia, relacionada com as intervenções do público. A questão que se coloca é clara, “Qual a melhor solução que facilite a intervenção do público?” É sempre nessa ótica que se acaba por escolher a hora e a forma de o fazer. Se a reunião começa às 16h00, depois da hora de expediente de trabalho, certamente haverá maior oportunidade para que as pessoas possam assistir ou participar nas reuniões de câmara. Nós excedemos aquilo que a lei manda fazer nas reuniões públicas, a lei manda fazer uma reunião pública por mês e nós fazemos o dobro, dando mais oportunidades às pessoas para assistirem ou intervirem. O processo de inscrição, aceitamos que antes da reunião o possam fazer através de um telefonema ou e-mail, o que resolve a questão. Não é preciso a pessoa deslocar-se à câmara para marcar uma intervenção. Pode haver a necessidade de se colocar um aviso, informando a população de como é que se pode marcar o pedido de intervenção, o qual pode ser feito por e-mail e dirigido aos serviços de apoio à presidência. Podemos avisar que o podem fazer por telefone ou e-mail, antes da reunião começar, para que as pessoas já tenham a marcação feita.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de abril de 2019.**
  - 2. Deliberação n.º 177/19 – Proposta n.º 18/2019 – GAP – Apoio financeiro ao Prémio de Investigação do Gabinete de Investigação e Desenvolvimento do Centro Hospitalar de Setúbal – 2018.**
  - 3. Deliberação n.º 178/19 – Proposta n.º 19/2019 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2, do art.º 69.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Quadro de transferências de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.**
  - 4. Deliberação n.º 179/19 – Proposta n.º 21/2019 – DAF/DIAG/SARQ – Auto de Eliminação N.º 01/19/SARQ.**
  - 5. Deliberação n.º 180/19 – Proposta n.º 22/2019 – DAF/DIAG/SARQ – Protocolo para o depósito da documentação do Fundo Bandeira Serra no Arquivo Municipal.**
  - 6. Deliberação n.º 181/19 – Proposta n.º 23/2019 – DAF/DICONT – 5.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
  - 7. Deliberação n.º 182/19 – Proposta n.º 24/2019 – DAF/DICONT/SERGE – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com 20 m<sup>2</sup>, sita no Largo da Quinta do Meio, Praias do Sado, em Setúbal.**
  - 8. Deliberação n.º 183/19 – Proposta n.º 25/2019 – DAF/DICONT/SERGE – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com 90,81 m<sup>2</sup>, localizada a tardoz das frações “A” e “B” afetadas ao prédio urbano, sito na Avenida Alexandre Herculano, N.ºs 66 e 68, em Setúbal.**
  - 9. Deliberação n.º 203/19 – Proposta n.º 04/2019 – DCIRT/DITUR – Regulamento de Utilização da Ponte-Cais localizada no Portinho da Arrábida, dos Espaços de Amarração do Portinho da Arrábida e do Parque Marinho Luiz Saldanha.**
  - 10. Deliberação n.º 204/19 – Proposta n.º 05/2019 – DCIRT/DITUR – Ratificação de assinatura de Contrato de Entidade Colaboradora LISBOA CARD 2019/2020.**
  - 11. Deliberação n.º 184/19 – Proposta n.º 16/2019 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas de um lugar de estacionamento de uso privativo – SHALOM – Associação Baptista – Rua do Moinho do Frade, 7 – Freguesia São Sebastião.**
  - 12. Deliberação n.º 185/19 – Proposta n.º 17/2019 – DURB/DIPU – Elaboração do Estudo Urbanístico de Brejos de Canes – Fundação Minerva – Cultura, Ensino e Investigação Científica – Brejos de Canes – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.**
  - 13. Deliberação n.º 186/19 – Proposta n.º 18/2019 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único de circulação da Rua Geraldo e Casquinha.**
  - 14. Deliberação n.º 187/19 – Proposta n.º 19/2019 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único de circulação da Rua José António Conceição.**
  - 15. Deliberação n.º 188/19 – Proposta n.º 09/2019 – GAF – Transferência de verbas para a União de Freguesias de Setúbal para requalificação da iluminação da Escola Básica n.º 2 de Santa Maria da Graça.**

16. *Deliberação n.º 189/19 – Proposta N.º 10/2019 – GAF – Transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Azeitão no âmbito da execução de obras de requalificação do espaço público.*
  17. *Deliberação n.º 190/19 – Proposta n.º 04/2019 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Farmácia Brasil”.*
  18. *Deliberação n.º 191/19 – Proposta n.º 10/2019 – DAAE/GAPAE – Isenção de taxas de emissão de Licença Especial de Ruído no âmbito da obra a cargo da empresa SUPERA INICIATIVAS, S.L.U. – 1.º trimestre de 2019. RETIRADA.*
  19. *Deliberação n.º 192/19 – Proposta n.º 64/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Acordeonistas de Portugal.*
  20. *Deliberação n.º 193/19 – Proposta n.º 65/2019 – DCDJ/DICUL – Marchas Populares de Setúbal 2019 – preço e local de venda de bilhetes.*
  21. *Deliberação n.º 194/19 – Proposta n.º 66/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao IV Festival Internacional de Acordéon de S. Sebastião.*
  22. *Deliberação n.º 195/19 – Proposta n.º 67/2019 – DCDJ/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural – Apoios financeiros – 2019.*
  23. *Deliberação n.º 196/19 – Proposta n.º 68/2019 – DCDJ/DIBIM – Doação de bens móveis ao Município.*
  24. *Deliberação n.º 197/19 – Proposta n.º 69/2019 – DCDJ/DIBIM – Doação de documentos bibliográficos ao Município.*
  25. *Deliberação n.º 198/19 – Proposta n.º 70/2019 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Grupo Musical e Desportivo União e Progresso – requalificação de infraestruturas desportivas.*
  26. *Deliberação n.º 199/19 – Proposta n.º 71/2019 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – apoio financeiro no período de maio a agosto de 2019. RETIRADA.*
  27. *Deliberação n.º 200/19 – Proposta n.º 72/2019 – DCDJ/DIDES – Final da Taça de Portugal de Rugby – Belenenses x Técnico – preço de venda de bilhete.*
  28. *Deliberação n.º 201/19 – Proposta n.º 16/2019 – DES/DIGEPE – Apoio financeiro à Escola Secundária D. João II, no âmbito da organização da XIII Conferência Anual da European School NetworK (ESN).*
  29. *Deliberação n.º 202/19 – Proposta n.º 17/2019 – DES/GABS – Doação de artigos Playmobil no âmbito da iniciativa “Hospital dos Pequeninós” – Gabinete de Saúde.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público.*

#### **1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de abril de 2019**

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Carlos Rabaçal, Pedro Pina e Fernando José, por não terem estado presentes nessa reunião.

#### **2. Deliberação n.º 177/19 – Proposta n.º 18/2019 – GAP – Apoio financeiro ao Prémio de Investigação do Gabinete de Investigação e Desenvolvimento do Centro Hospitalar de Setúbal – 2018**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Trata-se da 2.ª edição do prémio, o qual pretende relevar o facto de num hospital, com a tipologia e com as características deste hospital poder desenvolver bastante trabalho de investigação, sendo dos poucos casos que existem no país

e dos que apresentam maior produtividade de artigos científicos publicados. É uma forma de valorizarmos o Serviço Nacional de Saúde. As respostas que existem só não são maiores e melhores, porque os profissionais não têm as condições que gostariam e deveriam ter, mas mesmo assim já desenvolvem um trabalho que é muito meritório e faz com que sejam referência nacional em várias especialidades e em vários serviços do nosso centro hospitalar.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 178/19 – Proposta n.º 19/2019 – GAP – Proposta de pronúncia da Câmara Municipal de Setúbal, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2, do art.º 69.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Quadro de transferências de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 a 26.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Esta deliberação pronúncia o que aqui se propõe, pretende apenas dar resposta ao nosso desacordo com os mapas financeiros, dos recursos a transferir no âmbito do decreto-lei 21/2019, de 30 de janeiro e também ao mapa de imóveis de equipamentos escolares considerados prioritários para grandes investimentos, que serão de acordo com o decreto-lei da responsabilidade do Governo.

Esta proposta não inibe uma proposta que iremos apresentar numa próxima reunião, em que é nosso entender rejeitar as competências na área da educação, nomeadamente para o ano letivo 2019/2020 e eventualmente outros, à imagem do que a generalidade dos municípios têm vindo a fazer.

Relativamente a este temos alguma informação mais pormenorizada e como prometemos iremos disponibilizar noutro momento. O mesmo permite demonstrar a insuficiência de meios que hoje são atribuídos às escolas para elas funcionarem, nomeadamente às escolas do terceiro ciclo e escolas secundárias, insuficiência de meios humanos, nomeadamente assistentes operacionais e assistentes técnicos, a insuficiência de recursos financeiros para as escolas poderem assegurar o funcionamento das mesmas, na manutenção dos seus equipamentos, assumindo as suas responsabilidades.

Do trabalho profundo que foi feito agradecemos a disponibilidade das escolas e do agrupamento de escolas do nosso concelho.

Há alguns dados que gostaria que ficassem devidamente esclarecidos. O Governo informa que o número total de assistentes operacionais nos agrupamentos escolas do concelho e escolas não agrupadas são de 393, de acordo com a portaria que 272-A/2017, sobre o rácio de pessoal não docente. Este rácio tem uma fórmula que não nos é disponibilizado pelo Governo, dos coeficientes que nos permitem chegar a estes valores, porque responde a determinadas tipologias e por aí fora. Mas, partindo da hipótese que o rácio está bem calculado e que está correto, dos 393 assistentes operacionais que o Governo diz que as escolas do concelho deveriam ter, onde inclui as do 1.º ciclo e pré-escolar, existem nas nossas escolas, 307. Posso-vos assegurar que não é da responsabilidade da Câmara a ausência de assistentes operacionais. Dos 86 assistentes técnicos que deveriam existir, apenas existem 79. Dos 482 assistentes operacionais e assistentes técnicos que seriam transferidos para a câmara, atualmente existem 386 com contrato por tempo indeterminado e são estes que fazem parte dos quadros das escolas, os que são transferidos para o município.

Relativamente aos encargos das instalações que as escolas têm, concluímos pela previsão de 2019, surpresa nossa, que há uma diminuição do valor transferido para várias escolas relativamente àquilo que foi transferido no ano de 2018, sem qualquer explicação e sem compreendermos o porquê. Sendo esses valores insuficientes, que hoje são de alguma forma

comportados pelas escolas com base em receitas próprias, de acordo com a lei, passarão a ser receitas da autarquia para os encargos com as instalações e seria o orçamento municipal a assegurar esses encargos.

Das escolas prioritárias para a modernização, de acordo com o mapa que nos foi enviado sem nos explicar exatamente em quê (nós calculamos pelo conhecimento que temos e pelas discussões que temos tido com o Ministério da Educação) identificaram a Escola Secundária de Bocage e Escola Básica de Aranguez, como escolas prioritárias para a modernização, ou seja, que necessitam de grandes investimentos e que serão dessa sua responsabilidade, mas esquecem-se de referir um conjunto de outras escolas que não têm equipamentos prioritários e essenciais para o desenvolvimento da educação, pela ausência de equipamentos gimnodesportivos como é no caso da Escola Secundária Dom Manuel Martins e da Escola Básica de Azeitão, que sempre que chove os alunos não têm hipóteses de desenvolver a disciplina obrigatória, que faz parte curricular de Educação Física, que com todas as competências que estes alunos perdem, ficam em situação de desigualdade em relação a outros estudantes. Também não foram consideradas situações com problemas estruturais e de degradação que existe na Escola Básica Barbosa do Bocage, sem fundações a qual apresenta danos estruturais graves, tal como não foi considerado o facto da Escola Secundária Dom Manuel Martins ter um pavilhão com cobertura em fibrocimento e com amianto, tal como não foi considerado alguns problemas estruturais de degradação que a Escola Básica de Azeitão apresenta.

O Governo identifica 20 mil euros por ano para despesas de conservação e modernização das escolas, mas o Governo esquece-se das escolas do parque escolar, porque não é da responsabilidade as questões estruturais de manutenção do imóvel, como é o caso da manutenção de portas, fechaduras, material sanitário que se degrada constantemente em escolas que têm mais de mil alunos a frequentar diariamente. Na realidade não é considerado 1 cêntimo e fica-se no limbo sem se saber de quem é esta responsabilidade. De acordo com declarações da própria Secretária de Estado Adjunta da Educação, Alexandra Leitão a responsabilidade é dos municípios, mas depois nem sequer transferem 1 cêntimo.

Hoje temos uma experiência de transferência para as freguesias, neste tipo de manutenção de equipamentos, em escolas que não têm estas características e fizemos um exercício de utilizar exatamente o mesmo critério. O critério de 5,85€ por metro quadrado de construção e 1,45€ por metro quadrado de área de logradouro, o que daria para o nosso município 607.458,00€, destinado às escolas secundárias e básicas dos 2.º e 3.º Ciclo do nosso concelho. O que o Governo nos propõe enviar é 140.000,00€, tendo-se esquecido provavelmente de 60.000,00€ correspondente à Escola Secundária Dom João II, à Escola Secundária Lima de Freitas e à Escola Secundária Sebastião da Gama.

Aproveitar para distribuir e para que se coloque em anexo a esta proposta um parecer dos nossos serviços, num trabalho de colaboração com as escolas, de visita a todos os refeitórios e bufetes do município e para que possam ter ideia dos 392 equipamentos de refeitório existentes, sendo que 93 estão em estado bom, 33 em estado mau, 97 em estado razoável e 169 sem qualquer indicação.

Isto significa a necessidade de investimento num conjunto de equipamentos de refeitórios e bufetes, que se encontram num estado preocupante. Sem querer ser alarmista tudo isto demonstra a insuficiência de meios, que à imagem de outros municípios, com executivos maioritários e dirigidos por diferentes partidos de diferentes opções políticas, estão de uma forma geral a rejeitar os valores que agora nos são apresentados.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Nós compreendemos toda esta situação, sabemos que que este documento chegou às câmaras há relativamente pouco tempo, havendo por isso a necessidade de avaliar as reais necessidades que cada município tem, para o bom funcionamento do município do ponto de vista económico e obviamente que são questões que são transversais a todos os municípios em Portugal. No entanto, há situações que neste documento devem ser encaradas com otimismo pelos municípios, que têm a ver com vários aspetos que até então foram descurados por Governos sucessivos, no que diz respeito à



gestão da educação. Não estou a falar num Governo em particular, mas de todos em conjunto, porque o parque escolar do município de Setúbal não se deteriorou nos últimos 3 anos, nem nos últimos 10 anos, muitos deles deterioraram-se ao longo dos últimos 40/50 anos e mais. Há uma responsabilidade coletiva que neste momento está a tentar ser ultrapassada de forma incipiente e paulatina, que vai necessitar de alguma reflexão em conjunto, por isso não creio que deva ser imediatamente negada. Há vários aspetos que são positivos neste documento que têm a ver com fundos comunitários que se encontram disponíveis e que vão suprir necessidades a nível alimentar para as crianças, a nível de fruta e legumes, são os vários fundos que irão suprir, ao qual o Governo está a disponibilizar para as autarquias. Existe a diminuição significativa do valor com o navegante escolar, bem como no valor dos transportes, que com este novo tarifário agora adotado por todos, irá beneficiar claramente e diminuir o impacto que vai ter para os agregados familiares e para a autarquia. Há uma questão muito favorável que é essencial, sobretudo para quem tem filhos e para quem compreende isto de outra maneira, a nível de escola pública e para quem defende escola pública em particular que é: "*A proposta da escola a tempo inteiro*". Compreendo muito racionalmente que provavelmente não temos pessoal não docente suficiente para ter as tais atividades de enriquecimento curricular, mas compreendo como mãe, como cidadã e como autarca que faz falta, tendo em atenção que nós não conseguimos ter na escola pública os mesmos horários que temos numa escola privada, para que os pais possam sentir que os seus filhos não estão entregues a si próprios quando as aulas terminam, mesmo que eles não tenham capacidade para os acompanhar. Não estou a dizer que este documento tenha tudo aquilo que nós pretendemos, mas estou a dizer que é um bom começo.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Não vou repetir nada daquilo que já disse, pois haverá concentração de argumentos.

É de facto responsabilidade coletiva de quem teve responsabilidades governativas ao longo destes 40 anos, ou seja, "*o seu a seu dono*". Não é transferir a responsabilidade "*para o vizinho do lado*" sem atribuir os meios e os recursos necessários para fazer face a essas necessidades, que vamos assegurar que a escola vai ter as suas condições. Ainda hoje tivemos a conferência da Área Metropolitana de Lisboa, sobre o Plano Metropolitano relativamente à adaptação dos riscos das alterações climáticas e nas várias intervenções podemos ter a noção de um conjunto de responsabilidades e de obrigações que crescem hoje às autarquias. Não estamos a contar apenas com o que está a ser transferido sem meios e recursos, não estamos a resolver esse problema, estamos naquela linguagem mais popular "*sacudir para baixo do tapete*", ou a "*transferir para o vizinho a responsabilidade de resolver as coisas*", tudo isto encontra-se no documento que foi distribuído no qual vale a pena haver uma reflexão.

A iniciativa de um novo tarifário Metropolitano para os transportes coletivos, com impactos nos transportes escolares é um passo importantíssimo por várias razões que já aqui discutimos, mas vale a pena, tendo em conta o quadro legal em que é atribuído o transporte escolar, que o mesmo é alterado de forma profunda, com um dado interessante, transfere-se as competências para as autarquias, cujos Governos nem sequer as tinham consideradas na lei e as autarquias que as resolvam, no entanto, não se transfere 1 cêntimo relativamente a essa matéria. Quando se encurta o raio da distância da residência para a escola dos 4km para os 3Km, estamos a alargar o número de alunos com direito a transporte escolar. É muito justo que os jovens e as crianças que estão entre 3/4km de distância da escola tenham direito ao transporte escolar, como acho muito justo que os estudantes do ensino secundário passem a ter o transporte escolar pago a 100%, como acho muito justo que seja alargado para o pré-escolar o transporte escolar.

Como é que nós transportamos 165 crianças, dos 3 aos 5 anos, que temos identificados no nosso concelho e que este ano letivo teriam direito ao transporte escolar, para 12 estabelecimentos diferentes?

Quem é que paga isso?

A poupança que a autarquia tem com os transportes escolares, com o novo passe, aplicando-se as regras que estão definidas neste decreto lei, que é alargar ao secundário os 100% e ainda sem fazermos o cálculo dos estudantes que estão entre os 3/4Km de distância, a poupança é de 2.500,00€ por mês. Com o aumento dos estudantes que estão abrangidos nesse rácio crescendo o número dos encargos com as crianças, o valor que se está a transferir para os municípios, o esforço dos municípios para financiarem a importante medida de mobilidade da sua população, sem que transfiram recursos para os municípios, é sem dúvida uma questão muito importante que gostaríamos que ficasse clarificada.

**Sr. Vice-Presidente** – Já discutimos, já argumentámos. É sabido que os meios são insuficientes, o município começou por pagar antecipadamente a contribuição para o Passe Navegante da Área Metropolitana desde o mês de janeiro, sendo que estes 2 milhões de euros que saem cobrem esses custos, não havendo uma poupança no conjunto financeiro. Mesmo para os municípios que querem ficar com a responsabilidade de imediato, isso não vai acontecer, porque em 2019 vamos ter eleições no mês de outubro e esta legislatura vai terminar sem que haja oportunidade do ano letivo 2019/2020 iniciar-se esta transferência com os meios que não ficaram no orçamento, nem estão no fundo de financiamento da descentralização. O que vai ser decisivo no orçamento de 2020, quando estivermos no primeiro ano da nova legislatura, nessa altura podemos perceber quais são as verbas que o Governo vai reservar para a próxima legislatura, dando cumprimento a todas estas transferências que estão a ser legisladas. Até lá, já argumentámos tudo o que havia para argumentar, referindo que os meios financeiros e humanos são insuficientes e os meios em equipamentos não estão devidamente descritos, o mesmo continuamos a dizer em relação às instalações, aos meios financeiros e há insuficiência de pessoal. Por estas razões nós não aceitamos estas transferências.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

**Sr. Vereador Fernando José** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se nesta proposta, porque contrariamente às outras propostas de transferência consideram que existem nesta matéria muitas questões por esclarecer, como foram e acompanhamos quase na íntegra muito bem expostas pelo senhor vereador Ricardo Oliveira e também como decorre de análise feita pelos próprios serviços.”*

#### **4. Deliberação n.º 179/19 – Proposta n.º 21/2019 – DAF/DIAG/SARQ – Auto de Eliminação N.º 01/19/SARQ**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

#### **5. Deliberação n.º 180/19 – Proposta n.º 22/2019 – DAF/DIAG/SARQ – Protocolo para o depósito da documentação do Fundo Bandeira Serra no Arquivo Municipal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 181/19 – Proposta n.º 23/2019 – DAF/DICONT – 5.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 37.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Um dos aumentos que aqui vem elencado é o Forte de Albarquel com um aumento de 50 mil euros. Considerando que isto é um aumento que diz respeito ao plano de investimentos, este aumento deve-se a alguma disponibilidade que foi gerada de algum avanço ou alguma alteração?

Uma obra que já se falou há tanto tempo estar agora a incluir um aumento!

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – O Forte de Albarquel tem duas componentes de obra. Tem uma obra que é parcialmente suportada pela Fundação “The Helen Hamlyn Trust” e tem uma parte da obra de arranjos exteriores e outros equipamentos anexos que é suportada pela Câmara. Na discussão havida com a Fundação, há um equipamento que era para estar dentro do Forte que terá que ser feito fora do Forte e esse reforço de verba vem resolver o problema do acréscimo dessa intervenção. Este Forte ainda pode ter outros acréscimos, estamos ainda a estudar outras intervenções. A Fundação “The Helen Hamlyn Trust” definiu um valor fixo, que não acrescenta nem mais um cêntimo, por essa razão tudo o que seja trabalhos a mais temos de ser nós a assumir. Trata-se de uma reabilitação daquele espaço e é para isso que surge este reforço. Têm estado a aparecer algumas coisas que têm que ser ponderadas e admito que apareçam mais tarde outros reforços.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

**7. Deliberação n.º 182/19 – Proposta n.º 24/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com 20 m<sup>2</sup>, sita no Largo da Quinta do Meio, Praias do Sado, em Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 183/19 – Proposta n.º 25/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com 90,81 m<sup>2</sup>, localizada a tardoz das frações “A” e “B” afetas ao prédio urbano, sito na Avenida Alexandre Herculano, N.ºs 66 e 68, em Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 203/19 – Proposta n.º 04/2019 – DCIRT/DITUR – Regulamento de Utilização da Ponte-Cais localizada no Portinho da Arrábida, dos Espaços de Amarração do Portinho da Arrábida e do Parque Marinho Luiz Saldanha**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 204/19 – Proposta n.º 05/2019 – DCIRT/DITUR – Ratificação de assinatura de Contrato de Entidade Colaboradora LISBOA CARD 2019/2020**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Daquilo que li, parecem-me só vantagens, não vi quaisquer custos para o município desta extensão, é uma extensão da própria entidade.

**Sr. Vice-Presidente** – São só estes que estão aí acionados nestas entradas gratuitas e na oferta do Moscatel. Não há o pagamento de um serviço, é um serviço da Associação de Turismo de Lisboa.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – E não vai mudar o nome para ter parte aqui de Setúbal, já agora.

**Sr. Vice-Presidente** – Isto é um ensaio, para fazermos o Setúbal Card, mas temos outra escala, temos outra dimensão.

Para Lisboa, com a dinâmica que tem e o volume de serviços e de oferta turística, já gere, e com o número de turistas que tem, de facto, tem dimensões e condições suficientes para fazer um cartão de oferta que cobre diversas ofertas turísticas a quem visita Lisboa. Para a própria Região de Turismo de Lisboa, Associação de Turismo, é uma diversificação de ofertas, chegar mais a sul e vir à Península de Setúbal e chegar até Setúbal.

A contrapartida aqui solicitada é, quanto a nós, mínima, porque cobrar ou não cobrar estas entradas, não é um grande dispêndio, mas essa é a contrapartida com que se entra no Lisboa Card.

Se tivermos um dia aí, que vamos ter, ainda há de ser nas nossas vidas, vamos ter uma dimensão turística bastante maior que já nos fará pensar numa solução organizada que já possa permitir uma integração da oferta em termos de equipamentos culturais, em equipamentos desportivos ou em equipamentos de diversa natureza e nessa altura uma solução de cartão já se justificará. Por enquanto é fazer aqui o teste.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Só me chamou a atenção, mediante a resposta que deu à vereadora Teresa sobre a questão dos custos. Isto tem aqui o transporte incluído, a linha ferroviária, portanto, o custo não será só isso.

Concordo com a medida, mas atenção, deduzo que o custo não será só isso. Ainda que eu concorde, acho muito bem e isto é praticado em todas as grandes cidades, mas deduzo que não se cinja só a esta situação, porque o que está aqui subjacente é mais a mobilidade, o turista, etc.

**Sra. Vereadora Eugénia Silveira** – O Lisboa Card é um cartão, como o Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco já tinha indicado, que já existia só que a nível dos transportes. Ele só era participado para a nossa zona de Setúbal em 25% e não é o município que participa.

A partir deste mês de abril, ele passou a ter 100% de participação. No município só será gratuito as entradas nos locais referidos, como no Museu Giacometti e em mais duas situações e também no Convento de Jesus, quando estiver terminado.

A única situação nova, e que é bastante interessante para nós, é que em vez do turista pagar 75% para vir para a nossa banda, vai ser a custo zero o transporte, portanto, isso será mais aliciante para a vinda do turista.

**Sr. Vice-Presidente** – E é por um ano. É para fazermos o teste também durante um ano e depois os ajustes serão feitos logo a seguir.

Não percebi a questão sobre a ferroviária, já agora coloque lá outra vez, se faz favor.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – A questão foi esclarecida pela vereadora, mas era precisamente se tinha ou não custos e quem participava o custo da deslocação na linha ferroviária da Fertagus, que passou a estar incluída aqui como refere o ano 2019.

Ainda assim, só uma pergunta e só mesmo um esclarecimento, quem paga? É a associação. E nós somos sócios da associação e pagamos a sua respetiva quota e por aí temos direito.

**Sr. Vice-Presidente** – E a Associação de Turismo de Lisboa é associada na Associação da Baía de Setúbal, que é a nossa congénere, digamos assim.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Ok. Está bem.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta

**11. Deliberação n.º 184/19 – Proposta n.º 16/2019 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas de um lugar de estacionamento de uso privativo – SHALOM – Associação Baptista – Rua do Moinho do Frade, 7 – Freguesia São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 185/19 – Proposta n.º 17/2019 – DURB/DIPU – Elaboração do Estudo Urbanístico de Brejos de Canes – Fundação Minerva – Cultura, Ensino e Investigação Científica – Brejos de Canes – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 a 50.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Este documento suscitou-nos aqui só algumas dúvidas que, para além de ter algumas gralhas que depois posso sugerir a correção.

Esta Fundação Minerva deriva da Universidade Lusíada, portanto, é uma fundação que está associada ao desenvolvimento científico, cultural e de investigação. No entanto, apesar de acharmos muito louvável a questão da elaboração de estudos urbanísticos para termos, de facto, a noção do impacto que cada estrutura pode vir a ter, confesso que não conseguimos compreender exatamente qual é o intuito.

No início, vendo que era a Fundação Minerva e conhecendo quais são as suas origens, compreendemos que seria o desenvolvimento, até pela zona em que se vão implantar. Seria o desenvolvimento para mais algum polo universitário, mais área terciária com serviços, comércio e desenvolvimento a nível de emprego, o que seria muito interessante. Poderia ter,

também, uma componente habitacional para depois poder desenvolver mais aquela zona que já é uma zona de si com grandes avanços, do ponto de vista, quer académico, quer do desenvolvimento tecnológico.

Quando olhámos para o estudo urbanístico verificámos que há dois intuitos. Não se pede apenas um estudo com um objetivo do desenvolvimento das áreas de terciário, mas são dois cenários de desenvolvimento e um deles temos dúvidas se os proprietários deste terreno querem, de facto, aqui implementar alguma coisa que tenha benefício para o município ou se estão só a apostar na construção da área habitacional.

Também podendo ter o seu benefício não creio que na zona em que se vai implantar seja, até pelas numerosas condicionantes, que me parece que este estudo pode vir a levantar, nomeadamente desde os próprios terrenos estarem contaminados, desde ter ali várias situações que, do ponto de vista, de segurança possam ser levantadas. Talvez, não seja bem o intuito, portanto, nós gostaríamos de ver esclarecido qual é, de facto, o propósito desta Fundação no desenvolvimento municipal daquela área.

**Sr. Vice-Presidente** – Isto é um estudo urbanístico, é uma forma de gestão que, como está aí referida na alínea g) dos considerandos, pretende que havendo intenção de fazer intervenções ali da parte de um promotor, seja qual for, a Fundação Minerva ou outro, com substancia uma estratégia de desenvolvimento urbanístico e enquadra-se na revisão do Plano Diretor Municipal. É uma forma de ordenar aquela zona, uma vez que há interesse em fazer ali alguma construção e fica ordenada e enquadrada devidamente no Plano Diretor Municipal. Agora, qual é a intenção dos proprietários, não sei se ela está toda identificada, julgo que não, mas sabe-se o que é que urbanisticamente vai ser permitido executar naquela parcela de terreno do município. É uma forma de regular, enquadrando com o trabalho que está feito na revisão do PDM, estas construções que até agora não tinham um instrumento de gestão territorial claro.

Se quiser saber algum pormenor, não sei se em relação aos promotores há alguma informação no apuramento do urbanismo já, mas posso pedir aos técnicos que esclareçam mais alguma situação, se houver.

É ordenar o território em termos de estabelecer as regras de construção e ordená-lo de acordo com a revisão do PDM que está agora na fase final de aprovação.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

### **13. Deliberação n.º 186/19 – Proposta n.º 18/2019 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único de circulação da Rua Geraldo e Casquinha**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 a 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

### **14. Deliberação n.º 187/19 – Proposta n.º 19/2019 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único de circulação da Rua José António Conceição**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 a 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 188/19 – Proposta n.º 09/2019 – GAF – Transferência de verbas para a União de Freguesias de Setúbal para requalificação da iluminação da Escola Básica n.º 2 de Santa Maria da Graça**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 189/19 – Proposta N.º 10/2019 – GAF – Transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Azeitão no âmbito da execução de obras de requalificação do espaço público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Apesar de ser amplamente favorável a todas as requalificações e execuções que aqui são propostas, este investimento vem lembrar que estas áreas que vão ser alvo de intervenção talvez não correspondam às necessidades reais da zona.

Tendo passado também pela zona e vivendo próximo, neste momento temos praticamente contíguo às áreas em que estão a fazer a requalificação de estacionamento, também não sei muito bem como, aliás como houve a requalificação da Rua da Escola de Brejos de Clérigos onde havia acidente semana sim, semana não, porque não tem sequer meios para os carros circularem em condições.

Uma requalificação na Rua da Padaria e mesmo na Rua de São Gonçalo, percebo que haja aqui uma série de áreas comerciais e espaços comerciais que podem beneficiar deste estacionamento, que muitas vezes é pouco cauteloso.

Lembrar que paralelo à Rua da Padaria e à Rua de São Gonçalo temos a Rua do Casal da Cova e a Rua do Emigrante que ainda nem sequer estão alcatroadas, que nem o saneamento básico está bem executado. Se calhar eram obras muito prioritárias, além deste estacionamento, que percebo o fim a que se dedica e obviamente que sou favorável a todas as mudanças positivas, mas só lembrar a este Executivo que aquela zona não precisa só da área visível bonita, porque ali há muitas zonas onde as pessoas estão mal servidas.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Senhora vereadora posso fazer uma lista de 80 ruas que precisam de uma intervenção profunda, incluindo saneamento básico.

Das 500 que encontrámos e que estamos a tentar resolver, posso dar nota que a Rua do Areal e a Rua dos Aventurosos vão sofrer uma intervenção profunda a breve prazo, a obra vai começar esta semana.

Posso fazer uma lista muito maior que aquela que acabou de dizer, uma imensa lista das questões que estão em cima da mesa.

É no “Ouvir a população, construir o futuro” no contacto direto com as pessoas e no contacto com a rua que fomos identificando pequenas questões que podem ser resolvidas de imediato. Identificámos 2 mil pequenas questões para resolver, este número de questões é uma grande questão e estamos a resolvê-las paulatinamente.

Esta proposta que aqui vem é para resolver concretamente estas questões e a câmara, em colaboração direta com os nossos serviços, faz muitas obras, a câmara faz com empreitadas que contratamos, a câmara faz em parceria com as juntas de freguesia dando-lhes material e eles resolvem com os seus trabalhadores algumas intervenções. Este caso concreto que aqui está são empreitadas que as próprias freguesias fazem, nós transferimos o dinheiro e eles

contratam e fazem, portanto, temos vários modelos para ir resolvendo os problemas que temos pela frente.

Como disse, identificámos cerca de 2 mil problemas neste mandato, mais 2 mil no ano anterior e ainda 2 mil no anterior, já vão em 6 mil, e resolvemos 4 mil, mas há mais 2 mil para resolver dos quais posso dizer que estão resolvidos cerca de 70% e vamos continuar nesta linha.

Em Azeitão, se quiser, posso-lhe fornecer o que encontrámos e como está e o caminho que está a ser feito. Há muito trabalho e muito grande que está a ser feito, mas que não dá resposta a tudo aquilo que é necessário neste momento, como é evidente. Há problemas que vamos resolver ainda este mandato, há outros que vão passar para o mandato seguinte seguramente e vamos continuar, vamos falando com as pessoas e elas vão percebendo algumas prioridades que vamos definindo.

É assim que estamos a trabalhar e esta proposta que aqui está visa só resolver estas que estão identificadas no quadro “Ouvir a população, construir o futuro”.

**Sr. Vice-Presidente** – Numa lista de grandes prioridades, as coisas que primeiro são feitas, em termos de execução, acabam por ser mais prioritárias que outras prioritárias, mas não quer dizer que sejam em absoluto mais prioritárias. Como são executadas primeiro, parecem que são mais prioritárias, mas as prioritárias são muito vastas.

Este modo de resolver as situações, como acabou de referir o vereador Carlos Rabaçal, em colaboração com as juntas não é daquelas coisas que se possam delegar diretamente nas juntas de freguesia, mas é o que temos vindo a fazer há muito tempo, ou por acordo com a junta em que faz uma parte da obra e a câmara faz outra parte ou dá materiais, ou dá mão de obra, e faz-se regularmente em função das disponibilidades de cada uma das autarquias para que as situações se vão resolvendo muitas vezes, independentemente de estarem protocoladas antecipadamente.

A propósito disto, cabe chamar a atenção que no dia 30 de abril saíram mais dois decretos-leis relativos à descentralização. Um deles é sobre a descentralização de competências das câmaras para as juntas de freguesia.

O articulado é de tal forma abrangente que, talvez em confronto com a realidade, o legislador achou por bem fazer ali umas piruetas em marcha atrás, mas se as câmaras quiserem ficar com as coisas podem voltar, ou seja, permite mais ou menos tudo como temos vindo a fazer, como protocolos com as juntas e acordar intervenções em concreto.

Isto há de ser melhor analisado ou então não fazer nada também é possível, mas qualquer das formas a Lei 57/2019, que é referente às delegações de competências dos municípios para as freguesias, já foi publicado, assim como foi publicado o Decreto-lei 58/2019, que delega as competências de gestão à área dos transportes de passageiros regulares em vias navegáveis e interiores, como foi o caso do Estuário do Sado (para os municípios os transportes regulares e para as comunidades intermunicipais ou áreas metropolitanas o transporte turístico). Parte do transporte pode ser turístico ou pode ser transporte regular, porque quando confronta com outra área metropolitana já implica a aprovação de todos os municípios em que haja um acordo e vai implicar, quando o Estado é o concedente ou outra entidade que não o município ou as autarquias que sejam o concedente, o que vai implicar a iniciativa dessas entidades para operar a transferência e ficamos à espera outra vez.

Dar nota de estes dois diplomas que já foram publicados e que vão ter que ser analisados e em breve também teremos que nos pronunciar sobre eles para ver se há condições de dar execução já e aceitação a estes diplomas ou se temos que esperar para melhor esclarecimento no próximo ano.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



**17. Deliberação n.º 190/19 – Proposta n.º 04/2019 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Farmácia Brasil”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 191/19 – Proposta n.º 10/2019 – DAAE/GAPAE – Isenção de taxas de emissão de Licença Especial de Ruído no âmbito da obra a cargo da empresa SUPERA INICIATIVAS, S.L.U. – 1.º trimestre de 2019**

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Senhor Vice-Presidente, pedia para retirar a proposta para melhor apreciação dos serviços.

Sr. Vice-Presidente – Aprovada por unanimidade a não apreciação nesta reunião da proposta e remetê-la para apreciação em reunião posterior.

**19. Deliberação n.º 192/19 – Proposta n.º 64/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Acordeonistas de Portugal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 193/19 – Proposta n.º 65/2019 – DCDJ/DICUL – Marchas Populares de Setúbal 2019 – preço e local de venda de bilhetes**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 194/19 – Proposta n.º 66/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao IV Festival Internacional de Acordéon de S. Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 195/19 – Proposta n.º 67/2019 – DCDJ/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural – Apoios financeiros – 2019**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 196/19 – Proposta n.º 68/2019 – DCDJ/DIBIM – Doação de bens móveis ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 197/19 – Proposta n.º 69/2019 – DCDJ/DIBIM – Doação de documentos bibliográficos ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 198/19 – Proposta n.º 70/2019 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Grupo Musical e Desportivo União e Progresso – requalificação de infraestruturas desportivas**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Obviamente que somos favoráveis a tudo o que significa melhorar as condições das associações, no entanto gostava de saber se foram pedidos outros orçamentos, tendo em conta os valores que são avultados. Gostávamos só de ter conhecimento quais foram e se os valores são muito semelhantes ou se são muito superiores.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Quem fez essa pesquisa foi a própria entidade, a Câmara Municipal só atribui ao clube o apoio financeiro. Esse trabalho, esse levantamento do custo relativamente ao piso é feito pelo próprio clube, portanto, o clube fez um levantamento de orçamentos e certamente que este foi aquele que melhor correspondia, quer aos interesses técnicos, quer aos interesses financeiros das próprias necessidades.

A Câmara Municipal, tendo também o orçamento, disse que não teria capacidade de ir muito mais longe no apoio que poderia disponibilizar, até porque há um conjunto de outras necessidades relativamente ao pavilhão que a própria Junta de Freguesia de Azeitão já se propôs a colaborar, nomeadamente a questão de toda a parte de manutenção do pavilhão.

A Câmara Municipal tinha este compromisso de melhorar, é uma entidade que promove sobretudo na freguesia de Azeitão, que tem uma atividade vasta com duas modalidades principais de ocupação do pavilhão, quer o andebol, quer o futsal, e já tinha havido um orçamento que eles nos tinham apresentado e voltaram a falar neste valor e entendemos que deveríamos apoiar nesta medida.

Todo esse processo que é comum, nomeadamente pedir três orçamentos em termos de concurso público, não ficou à responsabilidade da Câmara Municipal, o apoio é feito diretamente ao clube.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – É uma questão de confiança no orçamento que vos é apresentado, é isso? Poderia ser muito menor, mas os senhores não sabem dizer?

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Se a senhora vereadora desconfia do clube, nós não desconfiamos.

Percebo e é legítimo, porque estamos a falar de dinheiro público.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Fiquei só na dúvida, mas não estou a levantar qualquer tipo de problema, por amor de Deus, é uma situação ótima e tudo o que possa ser renovação é ótimo.

A minha questão é mesmo do ponto de vista da transparência da própria instituição que poder-vos-ia ter apresentado vários orçamentos e dizer que este é o mais favorável e que é neutro, não é do primo e nem do tio.

De qualquer forma, é uma dúvida que se me levanta sempre nestes orçamentos um pouco mais avultados, mas não vou complicar, gosto imenso desta associação e fazem um bom trabalho e é isso que queremos, que as situações melhorem.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – A questão é legítima e acho que a transparência nestas matérias deve ser clara, como em muitos outros equipamentos, o procedimento de termos várias empresas a concurso são comuns e a nossa preocupação, confiando objetivamente na direção e nos órgãos sociais do clube, foi que o clube apresentasse uma solução que corresponda às necessidades.

Obviamente que nós sabemos que há vários orçamentos e que há várias empresas que fazem este tipo de trabalho, isso para nós é claro, e até aceito que pudessem existir orçamentos mais baixos, a questão aqui era escolher aquele que melhor correspondesse às necessidades que foram apresentadas.

Se me perguntar se sei que a entidade em causa, nomeadamente o Grupo Musical e Desportivo União e Progresso, pediu vários orçamentos, responderei que pediram vários e tinham várias possibilidades. Só por curiosidade, a questão se era taco de madeira, se era esta madeira, mas que fosse aquilo que melhor se adequasse à prática desportiva ou às diferentes práticas desportivas, tendo a própria entidade chegado à conclusão que esta era a melhor solução que cumpria.

Chegaram a essa conclusão e disseram que o orçamento para a empresa que vai fazer este tipo de trabalho, e creio que vão fazer outros trabalhos que já não serão por via deste orçamento, perfaz este valor, portanto, é este o valor que a Câmara Municipal vai apoiar a esta entidade.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – A minha intervenção é muito simples sobre esta matéria e sobre todas e quaisquer que venham aqui à Câmara Municipal e que digam respeito a doações que são feitas a entidades, como associações, cujo objetivo é não lucrativo, a lei protege aquilo que é o erário público quando determina que, qualquer entidade, mesmo sendo ela uma associação, que receba 50% das suas verbas, no seu período de exercício fiscal, de uma outra entidade que esteja obrigada a contratação pública, essa entidade por sua vez está obrigada. Não cabe à Câmara Municipal fiscalizar, a sua questão é pertinente, mas ela encontra na lei essa resposta.

Porventura poderá ser essa a pergunta “Será que vai exceder ou não vai exceder? E será que eles vão cumprir ou não?”, mas isso é uma fiscalização que não compete ao Município de Setúbal, porque a responsabilidade depois recai sobre a entidade que recebe o valor e ela sim, depois, deverá zelar em função daquilo que é o seu orçamento, 50% se exceder é obrigada a contratação pública, 50% se não exceder pode contratar só um, pode escolher entre dois, entre dez e por aí fora.

**Sr. Vice-Presidente** – Todos têm razão e eu também quero ter um bocadinho de razão, a começar pela vereadora Teresa Andrade.

É evidente que é uma deliberação do Município de atribuir a uma entidade 32.000,00€, portanto que se exija um mínimo de comprovativo da aplicação da verba e eventualmente um prazo, tem toda a lógica e faz sentido.

Devíamos ter um cuidado maior em pôr mecanismos de controle mínimo da aplicação das verbas a uma entidade quando atingem valores desta natureza, porque para outros menores estão ao abrigo do regulamento dos Apoios às Associações Desportivas e nós exigimos que apresentem relatórios. Elas têm que, não sei se semestralmente ou anualmente, apresentar relatórios das suas atividades para comprovar que aqueles subsídios foram aplicados naquelas atividades ou intervenções e uma verba maior também deve ter.

Propunha aqui ao Sr. Vereador Pedro Pina que aceitasse já a recomendação de solicitar o relatório da aplicação, porque é apresentado um orçamento completo para a substituição integral do piso do pavilhão.

Aquela coletividade fez 106 anos no dia 1 de maio, por acaso estive lá nesse aniversário e, juro, que não levantei bandeirinha a dizer que a câmara dava 32.000,00€ para pagar o piso do pavilhão, apenas a direção disse que havia apoios da câmara e da junta, mas não mencionou nada em concreto. Não fiz nenhum eleitoralismo, não disse que a câmara tinha pago e é muito significativo, mas não levantei a bandeira de propósito.

Há uma nova direção que está, de facto, a dar passos de concretização de recuperação daquele clube, mesmo nas instalações que muitas direções anteriores já estavam aflitas e vinham atrasando e não conseguiam, viravam-se para a junta e pediam, viravam-se para a câmara e pediam. Esta direção está a pedir a outras empresas e a outras entidades e estão a tratar, a cobertura também é preciso ser intervencionada e as instalações da própria sede têm que ter intervenção. É uma direção que apareceu com esta dinâmica e que estão a pedir ajuda a várias entidades.

É claro que com tudo aquilo que eles arranjam, o apoio da câmara é uma ajuda substancial, ela é merecida, não controlamos a obra se não a adjudicarmos diretamente, mas que se colocam nestas propostas alguns compromissos de prestação de contas, faz todo o sentido e julgo que é obrigatório, porque se para pequenas verbas de planeamento anual é preciso apresentar relatórios, nesta também será.

O que o Departamento irá fazer é na transmissão da deliberação de câmara dizer à coletividade para nos informar apresentando um relatório do ritmo da execução dos trabalhos e quando eles estiverem concluídos apresentarem as contas, não quer dizer que se forem menos de 5.000,00€ ou 3.000,00€ ou 2.000,00€ a câmara não lhes vai pedir de volta, porque eles não vão fazer tudo o que é necessário no pavilhão.

Tem razão de ser a sua observação, devemos ter propostas com mais algumas cautelas e exigir que elas sejam conferíveis, se aplicou o dinheiro ou não aplicou, e eventualmente até um prazo, imagine-se que a situação se altera, se este empreiteiro falhou ou este fornecedor e não consegue fazer e não aconteceu, em princípio a câmara não lhe irá transferir o dinheiro antes de haver comprovativos da despesa. Não se entrega o dinheiro e agora façam o que quiserem e se não fizerem nada, ninguém quer saber, não é assim que se irá passar, não é norma da casa fazer isso. Esse controlo acontecerá se acharem necessário e pede-se aos serviços que, quando for caso disso, tragam uma informação sobre o destino e a execução dada a este apoio financeiro.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 199/19 – Proposta n.º 71/2019 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – apoio financeiro no período de maio a agosto de 2019**

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Senhor Vice-Presidente pedia para ser retirada esta deliberação.

**Sr. Vice-Presidente** – Propõe-se que se delibere não apreciar nesta reunião a proposta que estava incluída na Ordem de Trabalhos para apreciação posterior.

**Sr. Vereador Fernando José** – Chamava só a atenção, se me permite, que ficou de nos entregar um relatório e ainda estamos à espera desse mesmo relatório.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – É exatamente por causa disso, e não é truque. A ONDA fez-nos chegar os relatórios, mas falta aqui uma parte que julgo que é importante ser entregue aos senhores vereadores e já tive a oportunidade de falar com o Chefe de Divisão, que creio que não vai criar nenhum transtorno à matéria de interesse da proposta e para estar o processo completo, como já os senhores vereadores aqui tinham colocado. Peço para ser apreciada na próxima reunião para depois ser disponibilizada com toda a informação de acordo com aquilo que está protocolado.

Agradeço a sua questão e tem razão, por isso é que pedi para ser apreciada na próxima reunião de câmara. Como vê, estão aqui os relatórios, mas falta aqui uma questão, um pequeno preciosismo e por isso peço para ser retirada.

**Sr. Vice-Presidente** – Aprovada por unanimidade a não apreciação nesta reunião da proposta e remetê-la para apreciação em reunião posterior.

**27. Deliberação n.º 200/19 – Proposta n.º 72/2019 – DCDJ/DIDES – Final da Taça de Portugal de Rugby – Belenenses x Técnico – preço de venda de bilhete**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 201/19 – Proposta n.º 16/2019 – DES/DIGEPE – Apoio financeiro à Escola Secundária D. João II, no âmbito da organização da XIII Conferência Anual da European School Network (ESN)**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 202/19 – Proposta n.º 17/2019 – DES/GABS – Doação de artigos Playmobil no âmbito da iniciativa “Hospital dos Pequeninós” – Gabinete de Saúde**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Só por curiosidade, já têm ideia onde vão ficar? É só para transmitir ao público eventualmente interessado.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – São vitrines que vão estando em iniciativas e irão estar no “Há Festa no Parque” e iremos ainda avaliar se vai haver algum local de exposição em permanência das vitrines.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Queremos deixar uma saudação pelo aniversário do Club Naval Setubalense que fez, no dia 6 de maio, 99 anos.

É uma entidade setubalense que nos merece o máximo de respeito e por lapso não foi apresentada nenhuma saudação e quero deixar aqui esse registo. Foi fundada em 1920, a 6 de maio.

**Sr. Vice-Presidente** – Esperando que não se engane na data, acompanhamos o lapso e a saudação.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Quero alertar os serviços e aqui o executivo para a importância de que a deliberação que aprovámos, com 4 abstenções dos vereadores do Partido Socialista e do PSD, relativamente aos mapas, que seja enviada ainda hoje para a DGAL e para a Sra. Secretária de Estado Adjunta da Educação.

### **C) Período destinado à intervenção do Público**

**Sr. Augusto Cruz** – Há coisas inaceitáveis que aceitamos, mas que nos sentimos revoltados, o que assim proporciona que aos poucos a grande maioria, por desconhecimento dos seus conhecimentos gerais, toma uma forma de se silenciar perante um total autoritarismo que está fora das regras normais de democracia real.

O exemplo flagrante é totalmente assumido pela força maior instalada nesta câmara.

Quanto ao estacionamento tarifado em Setúbal, é uma autêntica força brutal. Há várias sequências de leis que são demonstrativas e às quais a própria cidadania pode recorrer, inclusive às normas gerais de apresentação perante determinadas situações, porém devo acrescentar que só a forma apresentada é totalmente arrepiante.

Já morei na Urbisado, logo no início quando o mesmo começou a crescer, neste momento moram uns familiares meus no mesmo imóvel. Contudo devo salientar que por motivos de força maior, depois de uma reunião com os moradores, na altura, tomámos a liberdade e começámos a aproveitar o meio da via para estacionamento, uma vez que tinha uma boa amplitude. Depois de tomarmos essa mesma liberdade, começámos a ser chateados pela própria polícia que todos os dias ia lá multar os veículos. Tomei a devida ação para a realização de uma nova reunião, onde tomámos a devida liberdade e acontece que notabilizei um verdadeiro abaixo-assinado, isto porque o terreno de estacionamento fazia parte da área dos proprietários, eis a razão porque pagam o respetivo IMI.

Devo acrescentar que, depois de cerca de 380 assinaturas, fui entregar diretamente ao próprio Governador Civil e estivemos a conversar cerca de 10 a 15 minutos. Ali mesmo, o Sr. Governador telefonou ao Chefe da Esquadra a dar-lhe ordens determinativas para que não voltassem a multar, assim como todas as multas que passaram ficassem sem efeito.

Isto tudo aconteceu porque o 25 de Abril estava fresco.

Hoje as pessoas têm perdido qualidades, hoje somos uma sociedade cada vez mais egoísta, acrescida de serem criativos de um país de gente medrosa. Temos uma sociedade dominada pelo medo, o que a torna numa sociedade derrotada.

Inclusive devo acrescentar que houve alguém, na altura do Mata de Cáceres, o senhor estava presente, formada por uma política que era uma verdadeira selva desconjuntada de todos os valores éticos.

Alguém telefonou para a Rádio Azul, porque sabia que eu estava a complementar o abaixo-assinado. Estava eu na firma da Hidrosado e por coincidência estava a ouvir as notícias e inesperadamente ouvi o que não queria ouvir. Nesse momento agarrei num ferro e entrei pela Rádio Azul disposto a tudo, só que apareceu à minha frente uma senhora em estado de conceção adiantado, o que reforçou a minha verdadeira atitude de passividade, mas foi consumado por um desmentido perante a minha exigência, o que veio a acontecer no período seguinte, cerca das 13h00.



Senhor Vice-Presidente é capaz de me esclarecer o que é que a Sra. Presidente fez perante a reportagem da SIC Notícias que expôs queixas que estavam na origem das empresas de reboque portuário de Setúbal à beira da falência e mesmo assim afundaram-se. Isto foi no dia 11/03/19. Quais as atitudes tomadas?

O meu conhecimento unicamente é o seu verdadeiro silêncio.

Devo acrescentar que quando estive a auxiliar os comerciantes da baixa de Setúbal, devido ao Alegro, tomei a iniciativa, porque todos tinham medo, e recorri à cidade pedindo assinaturas para que o problema fosse resolvido. Acontece, porém, que nessa altura, a Sra. Presidente tentou bloquear, mandando prospetos cá para fora a dizer que eu não tinha qualidade mínima para resolver tal problema, o que foi resolvido.

Nesta circunstância do estacionamento, porque razão é que não levaram o conteúdo de informação através dos portos em atitude de formação de conhecimento aos correios, pondo nos correios a atitude que vocês tiveram malevolamente.

Isto porque não houve ideia de salientar o conhecimento das próprias pessoas.

Se o povo souber tomar as suas devidas áreas, resolve o problema de maneira eficaz e que se vai tornar fácil, mas para isso, senhores do Partido Socialista, ajudem, mas ajudem a resolver o problema, porque ainda pode ser resolvido.

O Sr. Vice-Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e quatro minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara,

Manuel Joaquim Pisco Lopes

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 22 de maio de 2019, por unanimidade, contém 23 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Vice-Presidente

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:

Helena Rosa  
Vitor Marcos

Conferida por:

Ana Cristina Claro